

QUESTIONÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DO PONTO DE CONTATO NACIONAL 2019

Este questionário foi elaborado para auxiliar os Pontos de Contato Nacionais a cumprirem compromisso de prestar informações, conforme descrito no Guia de Procedimentos das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. As respostas às perguntas devem refletir a natureza e os resultados das atividades do PCN¹.

ESTRUTURA

Este questionário compreende 61 perguntas e 2 anexos sob os seguintes títulos:

- A. Informações para contato
- B. Arranjos institucionais
- C. Informação e promoção
- D. Instâncias Específicas
- E. Aprendizagem e revisão por pares
- F. Coerência das políticas
- G. Desafios

Anexo 1: ATIVIDADES PROMOCIONAIS DO PCN

Anexo 2: INSTÂNCIAS ESPECÍFICAS

TIPOS DE PERGUNTAS

1. PERGUNTAS COM RESPOSTAS PREDEFINIDAS

Para a maioria das perguntas, um conjunto predefinido de respostas é fornecido em um menu suspenso (por exemplo, Sim/Não/N.A). Para cada uma dessas perguntas, selecione a resposta apropriada no menu suspenso.

Exemplo:

(b) Atividades Promocionais	
19. O PCN organizou ou coorganizou eventos para promover as Diretrizes e/ou o PCN durante o ano? Em caso afirmativo, forneça detalhes na tabela 1 do anexo.	Sim/Não

¹ Guia de Procedimento das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, página 74: “Os relatórios devem conter informações sobre a natureza e os resultados das atividades do PCN, incluindo atividades de implementação em instâncias específicas”.

2. PERGUNTAS ABERTAS

- a. Algumas perguntas são abertas e, nesses casos, é fornecida uma caixa de respostas. Muitas dessas perguntas são destinadas a complementar uma pergunta com resposta predefinida. Por favor, mantenha as respostas precisas e curtas.

Exemplo:

b) Órgão consultivo	
5. O PCN possui um ou vários órgãos consultivos?	Sim/Não
Se o PCN tiver órgãos consultivos, especifique.	

- b. As caixas “Comentários adicionais” estão situadas no final de cada seção. Por favor, sinta-se livre para inserir qualquer informação adicional que você gostaria de compartilhar nessas caixas.

Exemplo:

Comentários adicionais sobre o órgão consultivo.

TERMOS UTILIZADOS NO QUESTIONÁRIO

Vários termos são usados ao longo do questionário. As definições são fornecidas abaixo. Observe que essas definições visam exclusivamente a ajudar a esclarecer os termos usados neste questionário. Esses termos serão sublinhados na primeira vez em que forem utilizados neste questionário.

Estrutura do PCN: A estrutura organizacional do PCN. Quatro estruturas do PCN foram pré-identificadas, mas outras disposições são possíveis.

- **Agência única:** O PCN é composto por um servidor de um único ministério, ou por um grupo de servidores pertencentes ao mesmo departamento de um ministério.
- **Interinstitucional:** O PCN é composto por um grupo de representantes de vários ministérios ou agências governamentais.
- **Órgão baseado em especialistas:** O PCN é composto por especialistas externos ao governo.
- **Múltiplas parcerias:** O PCN é composto por um grupo de servidores do governo e representantes das partes interessadas.

Secretaria: Funcionários do governo ou grupo de funcionários do governo que atuam como escritório permanente de um PCN.

Órgão consultivo: Alguns PCNs possuem um órgão consultivo que está à disposição para prestar consultorias aos PCNs sobre uma série de atividades e questões. O órgão consultivo pode ser constituído por representantes de sindicatos, ONGs, empresas e meio acadêmico, juntamente com representantes de outros ministérios ou agências governamentais. Normalmente, eles não fazem parte do PCN e não têm poder de decisão para aceitar ou concluir instâncias específicas. Alguns órgãos consultivos supervisionam também o PCN.

Supervisão: Monitoramento das atividades do PCN executadas por um órgão consultivo. Por exemplo, verificar se o PCN seguiu suas próprias regras de procedimentos.

Orçamento específico: Orçamento que é alocado regularmente ao PCN para executar suas funções e atividades.

Relatório: Além do presente relatório para a OCDE, alguns PCNs fornecem uma regular prestação de conta de suas atividades ao governo ou ao parlamento nacional. Esse relatório pode assumir várias formas: contínuo, por meio de canais regulares ou através da apresentação de um relatório periódico que pode ser publicado.

Reunião das partes interessadas: Uma reunião dos stakeholders é uma reunião organizada pelo PCN para trocar informações com os interessados, incluindo sindicatos, ONGs e comunidade empresarial que não fazem parte do órgão principal ou consultivo do PCN.

PERÍODO DO RELATÓRIO

O período que compreende este questionário é de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

APRESENTAÇÃO

O questionário deve ser preenchido, usando este documento como texto e em seguida, ser enviado para RBC@oecd.org, copiando nicolas.hachez@oecd.org e kathryn.dovey@oecd.org até 24 de janeiro de 2020.

QUESTIONÁRIO DO RELATÓRIO DO PONTO DE CONTATO NACIONAL 2019

A. INFORMAÇÃO DE CONTATO	
Forneça as informações de contato da pessoa que preenche o questionário.	
Nome	Renato Coelho Baumann das Neves
Cargo	Subsecretário de Investimentos Estrangeiros
E-mail	renato.baumann@mdic.gov.br
Telefone	(+55) 61 2027-7527

B. DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS	
a) Estrutura, localização e composição do PCN	
1. Qual é a estrutura do PCN?	Interinstitucional
2. Quem são os membros do PCN? Descreva as funções dos membros do PCN e o ministério ou a organização que eles representam. Não são necessários nomes.	Ministério da Economia; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério das Minas e Energias; Banco Central do Brasil; Controladoria-Geral da União. O PCN Brasil é um grupo de trabalho composto por vários ministérios e agências. Os membros são, em geral, gerentes intermediários. O Coordenador do PCN é o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros e o seu substituto é o Coordenador-Geral de Parceiros Estratégicos do Ministério da Economia.
3. Se o PCN não é uma agência única, então possui uma secretaria?	Sim
Caso sim, em qual ministério?	Ministério da Economia
Caso sim, em qual secretaria?	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint) Secretaria-Executiva da Camex (SE-Camex),

	Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros (Sinve).
4. O PCN foi estabelecido por meio de um instrumento legislativo, regulatório ou administrativo (por exemplo, estatuto, decreto ou resolução ministerial)?	Sim
Se sim, forneça o nome e a data deste instrumento, além do link, se disponível.	Decreto nº 9.874 – 27/06/2019; http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9.874-de-27-de-junho-de-2019-179414815 .
Comentários adicionais sobre estrutura, localização e composição do PCN.	É importante mencionar que mudanças institucionais ocorreram no PCN Brasil em 2019. Com o novo governo, o PCN passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Economia. Devido a essa mudança, houve um período de transição, no qual a nova equipe precisou de um determinado tempo para tomar conhecimento do papel do PCN.
b) Órgão consultivo	
5. O PCN possui um ou vários órgãos consultivos.	Não
Se o PCN tiver vários órgãos consultivos, especifique.	-
Se sim, descreva as funções dos órgãos consultivos (Por exemplo, assessoria sobre promoção, tratamento específico de instâncias em geral, casos individuais, supervisão, etc.)	-
Se sim, liste os nomes das organizações representadas no órgão consultivo e o tipo de organização (por exemplo, governo, ONG, sindicato, empresa, organização empresarial, acadêmica, de consumidores, etc.).	-
Se sim, indique com que frequência o órgão consultivo se reúne.	-
6. Se um órgão consultivo <u>supervisionar</u> , descreva o processo de supervisão.	-
Comentários adicionais sobre o órgão consultivo:	-
c) Recursos humanos e financeiros	
7. O PCN possui servidores que trabalham em tempo integral? Se sim, quantos?	Sim, 3.

8. O PCN possui equipe que trabalha em meio período? Se sim, indique o número de servidores e a percentagem de tempo gasto no PCN.	Sim, 1 (25%).
9. Algum membro da equipe, em período integral ou parcial, ingressou na Secretaria ou o departamento de apoio durante o ano? Se sim, quantos?	Sim, 4 (servidores de período integral e de meio período).
10. Algum membro da equipe de meio período ou período integral deixou o PCN durante o ano? Se sim, quantos?	Sim, 1 (servidor em período integral).
11. O PCN teve um orçamento específico este ano?	Não
Caso não, os recursos financeiros para atividades promocionais foram alocados ad hoc quando solicitados pelo PCN?	Sim
Caso não, os recursos financeiros para instâncias específicas foram alocados ad hoc quando solicitados pelo PCN?	Sim
12. Durante o ano, os recursos humanos e financeiros disponíveis para o PCN permitiram:	
Lidar com instâncias específicas de maneira eficiente e oportuna	Sim
Organização de eventos promocionais	Sim
Participar de reuniões do PCN na OCDE	Sim
Participar de eventos organizados por outros PCNs	Não
Participar de eventos organizados pelas partes interessadas	Sim
Cobrir pagamentos de mediadores profissionais ou remunerações internas de mediadores	N/A: O PCN não precisou contratar um mediador profissional este ano.
Realizar pesquisas de apuração de fatos em instâncias específicas	N/A: O PCN não precisou realizar pesquisas de apuração de fatos este ano.
Se você respondeu não a alguma das perguntas acima, especifique	O PCN brasileiro não teve recursos financeiros disponíveis para participar de eventos organizados por outros PCNs.
Comentários adicionais sobre recursos humanos e financeiros:	Em 2019, a ex-coordenadora do PCN Brasil, Denise Vellasco, aposentou-se. A nova equipe é composta pelo coordenador do

	PCN, Renato Baumann, e três assessores (Edna Cesetti, Natasha Miranda e Marcelo dos Reis).
d) Relatórios	
13. O PCN informa o governo sobre as suas atividades?	Sim
Se sim, com que frequência?	Duas vezes ao ano
14. O PCN informa o parlamento sobre suas atividades?	Não
Se sim, com que frequência?	N/A
15. Indique qualquer outro requisito de transparência relevante aplicável ao PCN em seu país	
Comentários adicionais sobre os relatórios:	O PCN Brasil presta conta de suas atividades duas vezes por ano ao Comitê Nacional de Investimentos (Coninv). O relatório é publicado no site do PCN.

C. INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO	
a) Site do PCN²	
16. O PCN tem um site? Se sim, informe o link	Sim http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuação-internacional/ponto-de-contato-nacional
Se sim, o site foi criado ou renovado este ano?	Sim
17. Os seguintes itens estão disponíveis no site do PCN?	
Informação sobre as Diretrizes e o papel do PCN	
O texto das Diretrizes	Sim
Uma descrição das Diretrizes	Sim
Documentos de orientação da OCDE sobre Devida Diligência	Não
Texto explicativo sobre Devida Diligência	Não
Informação sobre o PCN e seu mandato	Sim
O Relatório Anual do PCN enviado à OCDE	Sim

² Páginas dedicadas ao PCN, como parte do site do Ministério.

O Relatório do PCN ao governo e / ou parlamento (se aplicável)	Sim
O relatório de revisão por pares do PCN (se aplicável)	N/A
Informações sobre instâncias específicas	
Informações sobre como enviar uma instância específica	Sim
Um formulário online para enviar uma instância específica	Sim
Regras de procedimentos do PCN	Sim
Todas as declarações finais desde 2011	Sim
Informações sobre atividades promocionais	
O plano promocional do PCN	N/A. The PCN ainda não tem um plano de promoção das suas atividades.
Informações sobre os próximos eventos que promovem as Diretrizes	Sim
Informações sobre eventos passados que promovem as Diretrizes	Sim
Informações de contato	
Informações sobre como fazer uma consulta ao PCN	Sim
Um número de telefone para acessar diretamente o PCN	Sim
Um endereço de e-mail para acessar diretamente o PCN	Sim
Comentários adicionais no site do PCN :	Apesar do site estar disponível apenas em português, o PCN brasileiro está trabalhando para atualizá-lo e traduzir todos os documentos para o inglês sempre que possível.
b) Atividades promocionais³	
18. O PCN tem um plano promocional para os próximos anos?	Não
19. O PCN organizou ou coorganizou eventos para promover as Diretrizes e / ou	Sim

³ A participação nas reuniões do PCN realizadas na OCDE e em outros eventos da OCDE, como o Fórum Global sobre Condução Empresarial Responsável, não são consideradas atividades promocionais.

o PCN durante o ano? Em caso afirmativo, forneça detalhes na tabela 1 do anexo 1.	
20. O PCN fez uma apresentação para promover as Diretrizes e / ou o PCN em eventos organizados por outros? Em caso afirmativo, forneça detalhes na tabela 2 do anexo 1.	Sim
21. O PCN fez uso das mídias sociais para se comunicar nas atividades promocionais do PCN durante o ano?	Não
22. O PCN realizou uma reunião de partes interessadas durante o ano?	Sim
23. O PCN promoveu as Diretrizes entre a comunidade empresarial durante o ano?	Sim
24. O PCN realizou algum treinamento sobre as Diretrizes destinadas às empresas durante o ano?	Não
25. O PCN promoveu as Diretrizes entre as ONGs durante o ano?	Não
26. O PCN promoveu as Diretrizes entre os sindicatos durante o ano?	Sim
27. O PCN promoveu as Diretrizes entre os órgãos governamentais durante o ano?	Sim
28. O PCN promoveu as Diretrizes entre embaixadas no exterior durante o ano?	Sim
29. O PCN promoveu as Diretrizes para as agências de promoção de investimento durante o ano?	Sim
30. O PCN se concentrou em algum dos seguintes itens durante as atividades promocionais do ano:	
Orientação de Devida Diligência da OCDE para Conduta Empresarial Responsável	Não
Orientação de Devida Diligência da OCDE para cadeias de suprimentos responsáveis no setor de vestuário e calçados	Não
Devida Diligência para empréstimos corporativos responsáveis e subscrição de valores mobiliários e/ou Conduta Empresarial Responsável para investidores institucionais	Não

Orientação da OCDE sobre Devida Diligência para cadeias de suprimento responsáveis por minerais de áreas afetadas por conflitos e de alto risco	Não
Orientação da OCDE sobre Devida Diligência para um envolvimento significativo das partes interessadas no setor extrativo	Não
Diretrizes da OCDE-FAO para cadeias de suprimentos agrícolas responsáveis.	Não
Comentários adicionais sobre a seção Atividades Promocionais:	Em 2019, dois materiais promocionais foram desenvolvidos pelo PCN Brasil: <ul style="list-style-type: none"> 1) Folheto institucional (em português) sobre as Diretrizes e o PCN brasileiro 2) Vídeo curto em português, com legendas em inglês.

D. INSTÂNCIAS ESPECÍFICAS	
a) Regras de procedimento do PCN para lidar com instâncias específicas	
31. O PCN possui regras de procedimento que descrevem o tratamento de instâncias específicas?	Sim
32. As regras de procedimento estão disponíveis online? Se sim, forneça um link. Em caso negativo, anexe uma cópia das regras de procedimento a este questionário.	Sim http://fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/ponto-de-contato/recursos/arquivos/resolucao-pcn-no-01-2016
33. As regras de procedimento do PCN foram modificadas este ano?	Não
Comentários adicionais sobre a seção Regras de procedimento	O PCN Brasil está revisando seu Manual de Procedimentos em 2019-2020 por meio de uma consulta pública. Mais informações em www.participa.br . O Novo Manual de Procedimentos explica todas as etapas para os interessados em enviar uma reclamação ao PCN Brasil, incluindo regras de confidencialidade.

b) Aspectos práticos das instâncias específicas	
34. O PCN confirma o recebimento de uma instância específica?	Sim
35. O PCN requer feedback das partes sobre determinado procedimento após a conclusão de uma instância específica?	Sim
36. A equipe do PCN passou por treinamento em resolução de disputas ou solução de problemas (por exemplo, mediação)?	Não
37. O PCN contratou mediadores profissionais durante o ano?	Não
38. Os funcionários ou membros do PCN realizaram mediação este ano?	Não
Comentários adicionais na seção Aspectos práticos da instância específica:	A secretaria do PCN participou, como observador, de mediação privada em Gaibu, Pernambuco, no caso da Van Oord.
c) Relatório das instâncias específicas	
39. O PCN recebeu novos envios de instâncias específicas durante o ano? Se sim, forneça os detalhes no anexo II	Não
40. O PCN encerrou instâncias específicas durante o ano? Se sim, forneça detalhes no anexo II	Sim
41. Das instâncias específicas que estavam em progresso no início do ano, há alguma ainda em andamento no final do ano civil? Se sim, forneça detalhes no anexo II	Sim
42. O PCN fez o acompanhamento de processos durante o ano? Se sim, dê detalhes no anexo II	Não

43. O banco de dados da OCDE é exato e atualizado em relação aos processos tratados pelo PCN?	Sim
Comentários adicionais na seção Relatório de instâncias específicas:	Com relação à Instância Específica 01/2018, o PCN Brasil publicou a Declaração Final em português e inglês. http://fazenda.gov.br/assuntos/atuação-internacional/ponto-de-contato-nacional/produtos/alegações-de-inobservância/declaracao-final-vale-bhp-billington.pdf

E. APRENDIZAGEM ENTRE PARES E AVALIAÇÃO PELOS PARES	
44. O PCN participou das seguintes atividades com outros PCNs durante o ano?	
Organizou uma atividade de aprendizagem entre pares?	Não
Participou de atividades de aprendizagem entre pares promovidas por outros PCNs?	N/A. O PCN não foi convidado para essas atividades este ano.
Cooperou com outros PCNs no tratamento de instâncias específicas?	Sim
Forneceu tutoria/capacitação para outro PCN?	Não
45. O PCN está interessado em sediar um evento de aprendizado compartilhado de experiências do PCN em 2020?	Sim
46. Qual temática seria considerada prioritária pelo PCN num evento de aprendizagem entre pares?	Condução de mediação e de instância específica.
47. O PCN está interessado em participar no desenvolvimento de ferramentas para uso dos PCNs?	Sim
48. O PCN está interessado em atuar como revisor entre pares no futuro?	Sim

Se sim, por favor, especifique o semestre e o ano.	Segundo semestre de 2021
Comentários adicionais na seção Aprendizagem entre pares e avaliação pelos pares	Como a equipe do PCN brasileiro acabou de se envolver em várias funções do PCN, faz-se necessário treinamento em muitos assuntos relacionados à Conduta Empresarial Responsável.

F. COERÊNCIA POLÍTICA⁴	
49. As Diretrizes foram mencionadas na legislação, nos regulamentos ou nas políticas nacionais adotadas durante o ano? (por exemplo, sobre Conduta Empresarial Responsável, relatórios não financeiros, regulamentação de créditos à exportação, contratos públicos, etc.)	Não
Se sim, forneça um breve resumo e um link para legislação. Se um link não estiver disponível, anexe uma cópia da legislação a este questionário.	-
50. Seu país adotou um Plano de Ação Nacional (PAN) este ano? Se sim, indique que tipo de PAN.	Não
Se sim, forneça um link.	-
Se sim, o PAN faz referência às Diretrizes?	-
Se sim, o PAN faz referência ao PCN?	-
51. Um PAN foi implementado este ano? Se sim, indique qual PAN.	Não

⁴ O parágrafo 37 do Comentário sobre os Procedimentos de Implementação das Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais, afirma: "Declarações e relatórios sobre os resultados dos procedimentos disponibilizados ao público pelos PCNs podem ser relevantes para a administração de programas e políticas governamentais. Para promover a coerência das políticas, os PCNs são incentivados a informar essas agências governamentais de suas declarações e relatórios quando forem reconhecidos pelo PCN como importantes para as políticas e programas de uma agência específica".

Se sim, o PCN participou do desenvolvimento do PAN?	Não
52. O PCN emitiu declarações públicas sobre instâncias específicas a funcionários responsáveis por missões comerciais?	Não
53. O PCN relatou declarações públicas sobre instâncias específicas a funcionários responsáveis por comércio exterior e incentivos ao investimento?	Não
54. O PCN relatou declarações públicas sobre instâncias específicas a autoridades de compras públicas?	Não
55. Sua legislação ou política nacional de compras públicas se refere às Diretrizes e/ou aos instrumentos de Devida Diligência da OCDE e/ou ao processo do PCN?	Não
Se sim, forneça um link para legislação. Se um link não estiver disponível, anexe uma cópia da legislação a este questionário.	-
56. Os servidores de compras públicas consultaram o PCN sobre as Diretrizes e os instrumentos de Devida Diligência da OCDE ou envolveram o PCN em oportunidades específicas de compras públicas?	Não
57. Os servidores de compras públicas participaram de alguma atividade de treinamento ou divulgação?	Não
58. Quais ferramentas ou projetos o PCN desenvolve para apoiar os	-

profissionais de compras públicas nas devidas diligências da Conduta Empresarial Responsável e da OCDE?	
59. Por favor, assinale qualquer iniciativa específica ou boas práticas envolvendo compras públicas e Conduta Empresarial Responsável no seu país.	-
60. Indique outros exemplos de atividades de coerência política.	-
Comentários adicionais sobre Coerência Política:	O coordenador do PCN vem mantendo reuniões com vários representantes do governo, incluindo funcionários de compras públicas, para desenvolver iniciativas relacionadas à Conduta Empresarial Responsável e à contratação pública.

G. DESAFIOS	
61. O PCN enfrentou algum desafio em particular que gostaria de destacar este ano?	Mudanças institucionais
Comentários adicionais quanto aos Desafios:	Como o assunto é bastante novo para toda a equipe, temos lidado com as instâncias específicas e desenvolvendo conhecimentos relacionados às Diretrizes da OCDE ao mesmo tempo.

Anexo 1: ATIVIDADES PROMOCIONAIS DO PCN

Forneça informações sobre os eventos organizados ou coorganizados pelo PCN (Tabela 1) e os eventos em que o PCN participou para promover as Diretrizes (Tabela 2). Selecione o tipo de evento, o tipo e o tamanho de público, bem como o tema de cada evento.

Tabela 1

Título	Data	Local	Evento	Público	Organização	Público-alvo	Tema
Governança do investimento estrangeiro no Brasil: O que muda com o novo governo.	25/04/2019	Hotel Renaissance (São Paulo – SP)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	22 a 24/07/2019	FIESP, AMCHAM, DIEESE, Eurocâmaras, Governo estadual (São Paulo-SP)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	25/07/2019	FIRJAM, CEBRI, Governo estadual (Rio de Janeiro)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN

						Públicos, Coletividade	
Roadshow	30/09/2019	FIESC, Governo estadual (Florianópolis – Santa Catarina)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	01/10/2019	FIERGS, Governo estadual (Porto Alegre – RS)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	02/10/2019	FIEP, Governo estadual (Curitiba-PR)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	04/10/2019	FIEMG, Governo Estadual (Belo Horizonte – MG)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN
Roadshow	07/10/2019	FIEB, Governo estadual (Salvador-BA)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN

						Públicos, Coletividade	
Roadshow	08/10/2019	FIEC, Governo estadual (Fortaleza – Ceará)	Conferência	>100	Organizado	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN

Número Total= 15

Tabela 2

Título	Data	Local	Evento	Público	Organização	Público-alvo	Atuação	Tema
I Seminário sobre Democracia, Direitos Humanos e Empresas Multinacionais	25/04/2019	UniCEUB (Brasília-DF)	Conferência	50-100	Professores Patrícia Perrone Campos de Mello e Nitish Monebhurum, da UniCEUB	Estudantes de mestrado	Conferencista	Participação do PCN da OCDE no diálogo comercial e na proteção dos direitos humanos
Conferência sobre Conduta Empresarial Responsável no Brasil e na Amazônia	23/08/2019	Faculdade da Amazônia Ocidental (Rio)	Conferência	>100	Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO, OCDE, OIT, União Europeia)	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores	Conferencista	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN

		Branco – Acre)				Públicos, Coletividade		
I Seminário sobre Empresas e Direitos Humanos: Contribuições para uma Agenda Nacional	15/10/2019	Ministério das Relações Exteriores (Brasília – DF)	Conferência	>100	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	Empresários, ONGs, Sindicatos, Meio acadêmico, Servidores Públicos, Coletividade	Conferencista	As Diretrizes da OCDE e as atividades do PCN

Número Total= 3

Anexo 2: INSTÂNCIAS ESPECÍFICAS

Forneça os seguintes detalhes na tabela abaixo:

1. Instâncias específicas em andamento durante o ano (aquelas recebidas e consideradas merecedoras de exame adicional após avaliação inicial e sob consideração do PCN).
2. Instâncias específicas concluídas durante o ano (aquelas que o PCN considerou merecer mais exames após avaliação inicial e que foram posteriormente encerradas).
3. Instâncias específicas não aceitas durante o ano (aquelas que o PCN considerou não merecer exame mais aprofundado).
4. Instâncias específicas para as quais o acompanhamento foi realizado durante o ano (O PCN monitorou se o acordo alcançado pelas partes ou suas recomendações às partes foi implementado).

Incentivamos todos os PCNs a informar a Secretaria sobre instâncias específicas recebidas e a fornecer uma declaração final assim que disponível, a fim de manter o banco de dados da OCDE sempre atualizado. Para todas as instâncias específicas que ainda não foram relatadas à Secretaria, preencha e envie este formulário para alison.holm@oecd.org e kathryn.dovey@oecd.org⁵.

Para todas a instâncias específicas que estão atualmente EM PROGRESSO:				
Nome das partes	Recebimento	A avaliação inicial está disponível ao público?	Link para o banco de dados da OCDE	O PCN cooperou com outros PCNs durante o tratamento dessa instância específica?
Illy, Jacobs Dowe, Starbucks, Dukin Donuts, McDonalds, Nestlé e Conectas; ADERE-MG	21/08/2018	Não	http://mneguidelines.oecd.org/database/instances/br0023.htm	Sim; PCNs dos Estados Unidos, Holanda, Suíça e Itália.
Van Oord e ONGs do Brasil	08/06/2015	Não	http://mneguidelines.oecd.org/database/instances/br0023.htm	Sim; PCN da Holanda
Número Total=		2		

⁵ De acordo com o parágrafo 42 do Comentário sobre os Procedimentos de Implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais: “os PCNs relatarão ao Comitê de Investimentos para que haja uma inclusão no Relatório Anual das Diretrizes da OCDE das informações sobre todas as instâncias específicas que foram iniciadas pelas partes, incluindo aquelas em processo de avaliação inicial; Aquelas para as quais foram lançadas ofertas de bons ofícios e ainda há discussões em andamento, e aquelas em que o PCN decidiu não lançar uma oferta de bons ofícios após uma avaliação inicial”.

Para todas as instâncias específicas CONCLUÍDAS durante o ano						
Título	Data de Recebimento	Data de Conclusão	Link para banco de dados OCDE	Resultados Alcançados	A declaração final planeja o acompanhamento?	O PCN cooperou com outros PCNs durante o tratamento dessa instância específica?
BHP- Billiton; Vale S.A.; BWI; Industria LL; SITICOP; CNQ- CUT.	26/03/2018	19/11/2019	http://mneguidelines.oecd.org/database/instances/br0025.htm	Outro	N/A; nenhum resultado alcançado	PCN da Austrália

Número Total= 1

Para todas as instâncias específicas que NÃO foram aceitas durante o ano				
Título	Data de Recebimento	Link para banco de dados OCDE	Razões para não aceitar a instância específica	O PCN cooperou com outros PCNs durante o tratamento dessa instância específica?
Número Total= 0				

Para todas as instâncias específicas para as quais o ACOMPANHAMENTO foi realizado durante o ano.				
Título	Data de Conclusão	Data do Acompanhamento	Foi emitida uma declaração pública de acompanhamento?	Link para a declaração de acompanhamento
Número Total= 0				

FIM DO QUESTIONÁRIO